



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-  
BRASILEIRA - INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**Karyne Rabelo da Silva Romão Torres**

**SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA  
CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO-CEARÁ.**

**REDENÇÃO-CE**

**2021**

Karyne Rabelo da Silva Romão Torres

**SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA  
CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO-CEARÁ.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Administração Pública do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da UNILAB, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

**ORIENTADORA: PROFA. DRA. ELIANE BARBOSA DA CONCEIÇÃO**

**REDENÇÃO-CE**

**2021**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Sistema de Bibliotecas da UNILAB  
Catalogação de Publicação na Fonte.

---

Torres, Karyne Rabelo da Silva Romão.

T693s

Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes no município de Redenção- Ceará / Karyne Rabelo da Silva Romão Torres. - Redenção, 2021.  
49f: il.

Monografia - Curso de Administração Pública - Semestral, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2021.

Orientadora: Profa. Dra. Eliane Barbosa da Conceição.

1. Política pública. 2. Assistência social. 3. Jovens e adolescentes. I. Título

CE/UF/BSCA

CDD 361.63

---

Karyne Rabelo da Silva Romão Torres

**SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO-CEARÁ.**

Monografia julgada e aprovada para a obtenção do Diploma de Graduação em Administração Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nota: \_\_\_\_\_

Banca Examinadora:

---

Profa. Dra. Eliane Barbosa da Conceição (Orientadora)

---

Prof. Dr. Alexandre Oliveira Lima

---

Profa. Dra. Samia Nagib Maluf

Dedico este trabalho a quatro pessoas especiais em minha vida como forma de demonstrar toda gratidão e amor.

À minha Mãe, Marilene Rabelo da Silva Romão, ao meu Pai, Sebastião Felix Romão, ao meu marido Antonio Emyllyano Torres da Silva e a minha filha Kerolayne Romão Torres da Silva.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por sempre ter me dado força para continuar seguindo nessa luta e sonho, e por ter colocado tanta gente boa nesse caminho de altos e baixos que é a graduação.

Agradeço à minha Mãe e ao meu Pai por todo o apoio, amor e carinho que sempre tiveram comigo, sempre me mostrando o caminho certo, além do exemplo da educação, luta, força, dedicação, honestidade e valores.

Agradeço aos meus irmãos, Kalyne, Halisson e Handerson e sobrinhos Camila, Caio e Âyme que sempre torceram e acreditaram que tudo ia dar certo.

Agradeço a todos meus familiares – em especial a minha avó Dona Rosa que não está mais entre nós, mais não tinha uma só vez que me perguntasse se já estava perto de concluir minha graduação. Quantas saudades.

Não poderia deixar de agradecer a ele, meu marido Emyllyano um homem especial, que esteve sempre ao meu lado me incentivando e acreditando no meu potencial, seu apoiando foi essencial para hoje ter chegado aonde estou e me ajudando no que podia, obrigado amor por tudo.

Agradeço principalmente as minhas amigas que Deus colocou nos meus caminhos Dani, Cida, Jesk, Tay e Naty, passamos pelas mesmas dificuldades, os mesmos desafios e sempre nos matemos juntas até o fim. Meninas quero que saibam que vocês me ajudaram em todos os momentos e hoje dedico a vocês essa vitória.

Agradeço a banca examinadora, que tenho grande admiração e respeito, o professor Alexandre e a professora Samia.

Não poderia deixar de agradecer à minha querida orientadora professora Eliane, que aceitou me orientar no pouco tempo que tínhamos e pelo incentivo e confiança que depositou em mim. Obrigada.

Enfim, a todos que, direta ou indiretamente, fazem parte desta história, meu muito obrigada!

*“Sonhos determinam o que você quer. Ação determina o que  
você conquista”.*  
*(Aldo Novak)*

## RESUMO

Esta pesquisa avaliou a atuação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para crianças e adolescentes no CRAS Redenção (CE). A pesquisa foi realizada no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Redenção, que é uma instituição de caráter público da proteção social básica que oferece diversos serviços as crianças e adolescentes do município, dentre os quais, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), objeto do presente trabalho. Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa de caráter descritivo e documental, que coletou dados por meio de questionário com os profissionais do CRAS do município de Redenção. Os resultados apontam informações são as mesmas observadas em manuais do próprio serviço vinculado a Assistência Social, diferente de outros achados onde os profissionais foram mais cômicos de suas responsabilidades, conhecem a realidade e sabem da importância do papel de cada um para a melhor qualidade de vida dessas famílias que são atendidas no CRAS. Mas podemos também atribuir a essas poucas informações, ou como dito, excessivamente técnicas são resultados do momento delicado que o mundo atravessa onde as informações acabaram não contemplando os objetivos esperados, ou melhor, não obtivemos o êxito esperado na pesquisa, tendo em vista que ficou muito vago as respostas e sem muita consistência quando se tinha como primícia conhecer a realidade do serviço desenvolvido no município pesquisado.

**Palavras-chave:** Serviço de fortalecimento de vínculos. Assistência social. Jovens e adolescentes.



## ABSTRACT

This research evaluated the performance of the Service of Coexistence and Strengthening of Links (SCFV) for children and adolescents at CRAS Redenção (CE). The research was carried out at the Social Assistance Reference Center (CRAS) of Redenção, which is a public institution of basic social protection that offers several services to children and adolescents in the municipality, among which, the Coexistence and Strengthening Service of Vínculos (SCFV), object of the present work. This is a research with a qualitative approach of a descriptive and documentary character, which collected data through a questionnaire with CRAS professionals in the municipality of Redenção. The results point to information that is the same as that observed in the manuals of the service linked to Social Assistance, unlike other findings where professionals were more aware of their responsibilities, know the reality and know the importance of each one's role for the better quality of life. of these families that are served at CRAS. But we can also attribute to this little information, or as said, excessively technical results of the delicate moment that the world is going through where the information ended up not contemplating the expected objectives, or better, we did not obtain the expected success in the research, considering that the answers were very vague and without much consistency when it was necessary to know the reality of the service developed in the researched municipality.

**Keywords:** Service to strengthen bonds. Social assistance. Young people and teenagers.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Pirâmide etária- 2010

Gráfico 2: Taxa de escolarização- 2010

## LISTA DE ABREVIATURAS

BPC - Benefício de Prestação Continuada CF/88 Constituição Federal de 1988  
CAF- Centro Integrado de Atendimento à Criança, ao Adolescente e à Família  
CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social  
CONANDA- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente  
CRAS- Centro de Referência de Assistência Social  
DCA- Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente  
DDC- Declaração dos Direitos da Criança  
DPSB- Diretoria de Proteção Social Básica  
ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente  
FEBEM- Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor Fórum  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
NOB- Norma Operacional Básica NOB/SUAS Norma Operacional Básica do SUAS  
ONU- Organização das Nações Unidas  
PAEFI- Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos  
PAIF- Serviço de Proteção e Atendimento Integral à família  
PETI- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil  
PNAS- Política Nacional de Assistência Social  
PNBEM- Política Nacional do Bem-Estar do Menor  
PNCFC- Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária Projeto Criança  
PSC- Prestação de Serviços à Comunidade  
SAM- Serviço de Assistência ao Menor  
SCFV- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos  
SCFV/CAF- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças, Adolescentes e Jovens.  
SIM- Projeto Criança – Sistema Integrado Municipal  
SUAS- Sistema Único da Assistência Social  
SGD- Sistema de Garantia de Direitos SUAS Sistema Único de Assistência Social  
TCC -Trabalho de Conclusão de Curso  
UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância  
UNILAB- Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 A SITUAÇÃO DE JOVENS E ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO.....</b>	<b>16</b>
2.1 O LUGAR DA FAMÍLIA NO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL .....	19
2.2 A SITUAÇÃO SOCIAL DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM VULNERABILIDADES.....	21
2.3 ENTENDENDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INTERVENÇÃO NOS FATORES DE RISCO NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA .....	23
2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – MATERIALIZAÇÃO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES. ....	24
<b>3 SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS .....</b>	<b>26</b>
<b>4 METODOLOGIA .....</b>	<b>31</b>
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÕES .....</b>	<b>33</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>40</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>41</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>44</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Partindo da premissa de que a experiência do pesquisador é construída pelos significados e sentidos elaborados ao longo de sua história, suas escolhas e a maneira de olhar os fenômenos psicossociais.

Vale ressaltar a abrangência e complexidade do tema abordado, que abarca intrinsecamente a transversalidade das políticas públicas de assistência social, educação, cultura, esporte e lazer na articulação e execução das ações voltadas para a proteção da infância e juventude. O objetivo geral deste estudo foi analisar se o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do CRAS de Redenção vem alcançando seus objetivos.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo e documental. Para a coleta de dados foi utilizado questionários com perguntas abertas aos profissionais de Serviço Social com o intuito de compreender e analisar sua atuação, desafios e contribuições enquanto prática profissional e coleta documental através do Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal, onde foi possível identificar o perfil do público-alvo atendido no serviço.

Destacamos no decorrer da pesquisa algumas etapas importantes para a compreensão dos dados examinados dentre as análises feitas sobre as informações prestadas pela Secretaria Ação Social e por profissionais do CRAS da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social sobre a organização e funcionamento do SCFV para crianças e adolescentes no município.

O SCFV é uma política pública do Governo Federal, tendo suas ações voltadas para a oferta de serviços que visam garantir a adolescentes e jovens a proteção social básica do Sistema único de Assistência Social, esses serviços e/ou ações devem ser desenvolvidas tendo por pilar a prevenção e ser proativo, ou seja, atender as pessoas que realmente estejam em situação de vulnerabilidade social. Tais políticas acontecem da parceria entre o governo federal, estados e municípios.

As ações desenvolvidas pelo SCFV buscam estimular seus usuários a participarem ativamente das instâncias de controle social em suas localidades, desenvolvendo propostas que incentivem a melhora e mudança de seus territórios.

Estas propostas estão voltadas para atividades de caráter socioeducativo que promovam relações interpessoais, objetivando ampliar o acesso à informação dos

usuários a partir de ações afirmativas, relacionadas à sua permanência na escola, acesso ao esporte, cultura, lazer, vida saudável etc. Sua finalidade é promover e estimular a sociedade civil a ocupar seus espaços, que lhe cabem por direito, nos equipamentos e entidade, proporcionando uma fiscalização contínua de instâncias públicas. (MDS, 2009).

É importante ressaltar que logo após Constituição federal de 1988, a Assistência passa a compor o sistema de Seguridade Social, juntamente com a Saúde e a Previdência Social. No entanto, só em dezembro de 1993, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) vai ser aprovada, passando a regulamentá-la como política social pública e, com isso, gestar a possibilidade de superação do caráter emergencial e fragmentado das ações que marcam sua trajetória no Brasil. Em seu artigo 1º a LOAS define a Assistência Social como: [...] direito do cidadão e dever do Estado, é política de seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993).

Segundo Yazbek (2006), a LOAS estabelece uma nova matriz para a Assistência Social no país, passando a se constituir como uma política de responsabilidade estatal, ao ponto que a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais deve ser garantida na perspectiva do direito e do acesso aos que dela necessitam. Em contrapartida, apesar de sua aprovação, a assistência social ainda era tida como benemerência estatal e permanecia envolta em contradições referentes à atuação estatal no atendimento às necessidades da população.

Destarte, com fins de materialização das diretrizes da Lei Orgânica, é promulgada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em 22 de setembro de 2004, que estabelece: Trata-se, portanto, de transformar em ações diretas os pressupostos da Constituição Federal de 1988 e da LOAS, por meio de definições, de princípios e de diretrizes que nortearão sua implementação, cumprindo uma urgente, necessária e nova agenda para a cidadania no Brasil. (BRASIL, 2004, p. 11).

Boschetti (2005) ressalta que a concepção de Assistência Social a ser materializada nas formas de proteção social básica e proteção social especial (de média e de alta complexidades) requer que se situem estas formas de proteção no conjunto de proteções previstas pela Seguridade Social. Esta é, pois, uma condição indispensável para não incorrer no equívoco de conceber e operacionalizar a Política de Assistência Social de forma desarticulada das demais políticas que compõem a

seguridade social. Se assim não ocorrer, pode-se cair no equívoco de identificá-la como dotada de exclusividade e como se pudesse por si só dar conta de inúmeras situações que as expressões da questão social impõem às formas interventivas estatais. Neste sentido, Boschetti (2005, p. 13) aponta que, na implantação da proteção social básica, “é um desafio do SUAS buscar articulação com a proteção social garantida pela saúde, previdência e demais políticas públicas, de modo a estabelecer programas gerais e preventivos”

Apesar dos considerados avanços pode-se afirmar que a assistência social com seus programas vem tentando alcançar o maior número de pessoas em estado de vulnerabilidade social, mas precisamos compreender que os avanços ainda não foram suficientes para minimizar os efeitos de uma desigualdade que impera no Brasil.

O atendimento de proteção social básica fica estruturado e organizado nos territórios onde se localizam as áreas de maior vulnerabilidade social. O Centro de Referência da Assistência Social -CRAS é uma unidade pública, de referência local ou regional, que presta serviços especializados e continuados a indivíduos e famílias com seus direitos violados, visando a atuação com as famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, fortalecendo vínculos. (IAMAMOTO, 2007)

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF é um dos serviços ofertado no CRAS e consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de qualidade de vida, trabalhando questões relativas à primeira infância, a adolescência, à juventude, ao envelhecimento e a deficiências a fim de promover espaços para troca de experiências e reconhecimento de possibilidades. (IAMAMOTO, 2007)

Sabemos que a construção de um novo modelo de Assistência Social no Brasil vem ganhando novos contornos de acordo com as políticas governamentais de cada presidente que assume o poder trazendo consigo mudanças de postura, até mesmo de nomenclatura, de início tais modelos trouxeram de forma bastante evidente a desigualdade presente no país, e embora de forma recorrente cada um imponha mudanças na forma de perceber as pessoas mais vulneráveis, é importante que se afirme que a mesma deixou de ser uma política de governo, e é uma política de Estado e como tal precisa ter seus olhos voltados para os menos favorecidos, quebrando esses paradigmas que estão fazendo um favor a essa população, quando na realidade essas pessoas são vítimas de um sistema que exclui aqueles que não tem voz e nem

vez porque a medida que o capitalismo avançou junto com o progresso, o livre comércio também veio a miséria.

Nesse sentido entende-se que tais propostas são fundamentais para disseminar boas práticas que corroboram para que os jovens possam ter oportunidade para desenvolver e/ou descobrir suas habilidades possibilitando a estes uma nova visão de mundo.



## 2 A SITUAÇÃO DE JOVENS E ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO

Redenção é um município brasileiro do estado do Ceará. Localiza-se a uma altitude de 88 metros acima do nível do mar e a 55 km de distância de Fortaleza. Faz parte do Polo Serra de Guaramiranga. O nome Redenção vem do fato de que este (antiga vila do Acarape. Do tupi-guarani Acarape, caminho dos peixes) foi o primeiro município do Brasil a libertar os escravos. O município tinha 26415 habitantes no último Censo.

Redenção assemelha-se a qualquer cidade do interior do nordeste, onde encontramos a mais complexa situação de vulnerabilidade social de jovens e adolescentes, oriundos de classes menos favorecidas, poucas oportunidades de trabalho, sendo a escolaridade também outro fator preocupante, fazendo com que esses jovens busquem outros caminhos que não os ideais para a solução de seus conflitos que surgem pela falta de perspectiva de uma vida com mais dignidade.

Mas é importante ressaltar que a chegada de uma Universidade Federal (UNILAB) no município trouxe perspectivas animadoras, óbvio que as dificuldades ainda são grandes quando o assunto é o mercado de trabalho, a maioria dos jovens trabalha em subempregos, com remuneração inferior ao trabalho desenvolvido, além de uma carga horária exaustiva. Mas a perspectiva de uma mudança no contexto de vida desses jovens e a possibilidade de entrar na universidade e a mesma proporcionar a este uma formação que contribuirá para uma vida com melhores oportunidades e menos desigualdade.

Redenção, apesar de sua importância histórica por ter sido a primeira cidade do Brasil a libertar os escravos, não apresenta muitos atrativos para seus jovens, não explora sua condição de cidade com um passado importante. No contexto turístico poderia contribuir para abrir portas de trabalho para sua população contribuindo dessa forma para melhorar a economia local, criando um maior fluxo turístico na cidade.

[...] quando o assunto é juventude, são múltiplos desafios – socioeconômicos, culturais, urbanísticos, étnico-raciais, nacionais, classistas, geracionais e de gênero – para inserir-se nas cidades de modo digno, acessando e usufruindo direitos estudantis e urbanos. Tendencialmente, buscam constituir modos de fazer a/na cidade que gerem segurança, acolhimento, cuidado, estabilidade, acesso à habitação, equipamentos, serviços e infraestrutura. Em outras palavras, buscam constituir o direito à cidade – mesmo que de modo intuitivo, descontinuado e disperso. (LEFEBVRE, 2011, p. 105-106)

Corroborando com o pensamento de Lefebvre (2011) os desafios que se apresentam para os jovens são enormes tendo em vista que estes saem da sua comunidade, e vão para as grandes cidades onde a realidade é bem diferente e buscar seu espaço requer que estes sejam reconhecidos pela sua história, assim como também como seu direito de ver assegurado aquilo que determina a lei, “todos são iguais perante a lei”, mas até que ponto. Nessa luta pelo reconhecimento o jovem vai seguindo esperando que o Estado o reconheça, até lá vai se inventando e construindo sua história, movidos pela força, determinação e ousadia.

É preciso reconhecer que, histórica e socialmente, a juventude tem sido considerada como uma fase da vida marcada por certa instabilidade associada a determinados “problemas sociais”, mas o modo de apreensão de tais problemas também muda (SPOSITO, 1997, 2002).

É preciso reconhecer que, histórica e socialmente, a juventude tem sido considerada como uma fase da vida marcada por certa instabilidade associada a determinados “problemas sociais”, mas o modo de apreensão de tais problemas também muda. (SPOSITO, 1997, 2002)

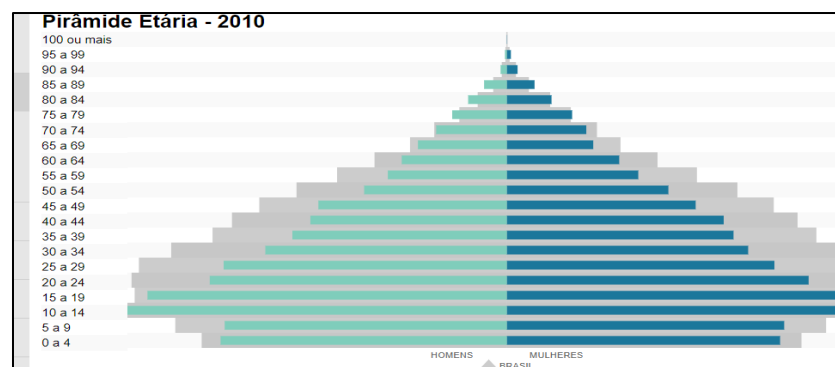
Apesar da afirmação de Sposito (1997) quando relata o fato de que a juventude está impregnada de instabilidade levando a isso “problemas sociais” acredita-se que na verdade a sociedade tem exigido um comportamento diferente do jovem quando ela própria contribui para esse quadro. Não se deixa afirmar que não se trata de uma fase de conflitos, de incertezas, mas falta-lhe o apoio e políticas públicas que vá de encontro a necessidade destes tendo em vista as inúmeras dificuldades próprias de paradigmas enraizadas quando o assunto é jovem e adolescentes, estes são muitas vezes estereotipados dificultando o acesso dessas pessoas a alguma oportunidade principalmente no campo profissional.

Mas por outro lado, é essa mesma sociedade que tem percebido essa situação de desvalorização tendo em vista que no âmbito de uma concepção ampliada de direitos que alguns setores da sociedade brasileira têm se voltado para a discussão da situação dos adolescentes e dos jovens, cuja expressão maior reside no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA – lei federal nº 8.069), promulgado em 13 de julho de 1990.

<sup>1</sup>No entanto, parte das atenções tanto da sociedade civil como do poder público voltou-se, nos últimos anos, sobretudo para os adolescentes e aqueles que estão em processo de exclusão ou privados de direitos (a faixa etária compreendida pelo ECA). Esse duplo recorte – etário (adolescentes) e econômico social – pode operar com seleções que acabam por impor modos próprios de conceber as ações públicas. Se tomadas exclusivamente pela idade cronológica e pelos limites da maioridade legal, parte das políticas acaba por excluir um amplo conjunto de indivíduos que atingem a maioridade, mas permanecem no campo possível de ações, pois ainda vivem efetivamente a condição juvenil. De outra parte, no conjunto das imagens não se considera que, além dos segmentos em processo de exclusão, há uma inequívoca faixa de jovens pobres, filhos de trabalhadores rurais e urbanos (os denominados setores populares e segmentos oriundos de classes médias urbanas empobrecidas), que fazem parte da ampla maioria juvenil da sociedade brasileira e que podem estar, ou não, no horizonte das ações públicas, em decorrência de um modo peculiar de concebê-los como sujeitos de direitos.

De acordo com o último censo do IBGE (2010) o município de Redenção na pirâmide etária apresenta uma população jovem, entre 10 e 20 anos com uma leve predominância para o sexo feminino. Segue abaixo o gráfico que apresenta os dados da população do município de Redenção por idade e sexo.

Gráfico 1: Pirâmide etária- 2010



Fonte: IBGE-2010

Com relação a escolarização dos jovens se percebe de acordo com o gráfico abaixo que quase a totalidade das crianças e jovens estão na escola. Entendemos

<sup>1</sup> Marília Pontes Sposito Paulo César Rodrigues Carrano. **Juventude e políticas públicas no Brasil.** Revista brasileira de educação. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782003000300003](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300003). Acessado dia 10.març.2021

dessa forma que os jovens estão matriculados nas instituições de ensino buscando sua formação básica.

Gráfico 2: Taxa de escolarização- 2010



Ocupando o 36º lugar no Estado o município tem avançado para ofertar o maior número de matrículas, sendo que em 2018 já apresentava um total de 4.234 matrículas para suas crianças e jovens dando a estes a oportunidade de terminar a educação básica e ingressar em uma formação superior. Considerando que o município conta com 27 escolas de ensino fundamental dados de 2018, 05 escolas de ensino médio e uma universidade federal (UNILAB).

Com relação a economia do município está é basicamente relacionada a atividade comercial, não tendo fábricas, ou outras empresas que oportunizem o jovem entrar no mercado de trabalho. Assim, ao concluir seus estudos, eles acabam deixando o município para residir em outras cidades. Os que permanecem normalmente buscam enveredar pelo micro empreendedorismo abrindo pequenos negócios que lhes ofereçam certa independência de seus pais. Os jovens que não conseguem ficam reféns de oportunidade de trabalhos informais, ou simplesmente continuam morando com os pais até atingirem a maioridade e buscarem outras oportunidades em cidades vizinhas ou outros estados.

## 2.1 O LUGAR DA FAMÍLIA NO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL

Entende-se que a família, berço de grandes transformações sociais e nesse contexto insere-se a infância e a adolescência possuem vários significados, tendo em vista as mudanças que acontecem na sociedade e a maneira como estas se organizam em determinado período da história, mas independente de com a família se apresente ainda é vista como uma referência para a sociedade.

<sup>2</sup>Embora possamos afirmar que a proteção social de assistência social potencializa as funções da família, reforça suas tradicionais funções, que não correspondem às exigências da contemporaneidade como o trabalho de ambos os cônjuges, ou da mulher como “chefe” de família, com a presença do cônjuge ou sem ele, e outros projetos individuais de vida de seus membros, não se pode deixar de mencionar que para que a família possa proteger seus entes ela precisa ter condições de oferecer aos seus qualidade de vida, e isso implica moradia, educação, cultura, saúde, direitos assegurados pela Constituição, e que muitas vezes não alcança a todos.

Neste ponto, cabe lembrar a importância estratégica do Estado, apesar da retórica que prega o seu declínio ou de um “mundo sem Nações-Estado” (IAMAMOTO, 2008). Assim, desde a recessão econômica mundial dos fins dos anos 1970, a família vem sendo redescoberta como um importante agente privado de proteção social. Nesse sentido, quase todos os governos preveem, de alguma forma, medidas de apoio familiar. Ao contrário da proposta de universalidade dos programas de seguridade social instituído pela Constituição de 1988, iniciou-se no Brasil, durante a década de 1990, a implementação de programas sociais de cunho neoliberal, seletivos e focalizados nos grupos sociais mais vulneráveis incentivando a participação da família e dos grupos comunitários como uma alternativa para a “crise” de Estado.

No Brasil, a política dirigida à família, mesmo que ofereça proteção, o faz para que ela possa proteger seus membros, o que reforça as suas funções protetivas e a dependência do indivíduo das relações familiares. Como destacam Campos e Reis (2009, p. 47): “A família é vista, ainda, como mediadora dessa proteção, quando esta é proporcionada por outras instituições sociais, profissões e Estado”.

---

<sup>2</sup> TEIXEIRA, Solange Maria. FAMÍLIA NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: avanços e retrocessos com a matricialidade sociofamiliar Revista de Políticas Públicas. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3211/321127276011.pdf> acessado dia 12.març.2021

Entende-se aqui que o Estado acredita que deve ser a família que se encontra a capacidade de gerenciar seus problemas, mesmos que estes estejam ligados a questões como a falta de oportunidade, riscos e vulnerabilidade. A família só tem condições de manter sua prole dignamente se o Estado lhe oferecer condições para tal, haja vista que o Brasil como um país de grandes dimensões e uma enorme desigualdade social precisa oportunizar a todos para que possam viver dignamente e assim proteger cada família dos riscos inerentes à própria condição social de desigualdade que impera no nosso país. (OLIVEIRA, 2005).

## 2.2 A SITUAÇÃO SOCIAL DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM VULNERABILIDADES.

Nesta seção, faremos uma discussão a respeito do conceito de vulnerabilidade social. Para tanto, foi-se necessário recorrer à literatura existente para compreender o uso desse termo no contexto de trabalho desta monografia.

As crianças e adolescentes que se encontram em condições de vulnerabilidade social geralmente são as que vivem as consequências das desigualdades sociais; falta de vínculos afetivos na família; pobreza; exclusão social e nos demais espaços de socialização. (CASTEL, 2005).

Segundo SIERRA (2006, p.148), o conceito de vulnerabilidade remete à ideia de sujeitos incapazes, mas a intenção de bloquear as ações que os impedem de experimentar o bem-estar na infância, e são os seguintes fatores de vulnerabilidades das crianças e adolescentes:

- os riscos inerentes à dinâmica familiar: é os problemas relacionados ao alcoolismo, aos conflitos entre casais que fazem da criança a testemunha de ofensas e agressões; enfim, toda forma de violência doméstica, traumas, abusos sexuais, carências afetivas etc.;
- os riscos relacionados ao lugar de moradia: a precariedade da oferta de instituições e serviços públicos, a disponibilidade dos espaços destinados ao lazer, às relações de vizinhança, a proximidade da localização dos pontos de venda controlados pelo tráfico de drogas;
- os riscos relacionados à forma de repressão policial às atividades do tráfico de drogas e a violência urbana;
- o risco do trabalho realizado pelas instituições que os recebem: constituem os abusos praticados por profissionais, que são encobertos por uma estratégia de funcionamento que exclui a participação social;
- os riscos à saúde: compreende a ausência de um trabalho de prevenção e o acesso ao atendimento médico e hospitalar;
- os riscos do trabalho infantil: muitas são as crianças exploradas até pela própria família, trabalhando na informalidade;
- o risco da exploração da prostituição infantil: crianças provenientes de famílias pobres que se prostituem por dinheiro;
- os riscos inerentes à própria criança ou adolescente: a sua personalidade e seu comportamento podem torná-los mais vulneráveis aos riscos do

envolvimento com drogas, da gravidez precoce, da prática do roubo, furto etc. (SIERRA, 2006, p.155).

A vulnerabilidade infantil atinge muitas situações da vida social da criança, são sintomas ocasionados por transtornos mentais, podendo ter consequências contínuas na vida das pessoas afetadas, ou até mesmo causar dificuldades maiores na vida adulta por levar tais problemas por diversas fases da vida, especialmente desde a sua infância. As crianças e adolescentes que vivenciam na pele são aquelas que estão em desigualdades sociais, da pobreza à rejeição, dificuldade de acesso à educação, abuso sexual, exploração de trabalho infantil, ausência da família, resultando na falta de uma expectativa de melhoria de vida e com isso acabam desistindo de lutar por uma vida melhor. (CASTEL, 2005).

As crianças e adolescentes que vivenciam na pele são aquelas que estão em desigualdades sociais, da pobreza à rejeição, dificuldade de acesso à educação, abuso sexual, exploração de trabalho infantil, ausência da família, resultando na falta de uma expectativa de melhoria de vida e com isso acabam desistindo de lutar por uma vida melhor. (MDH, 2018).

Qualquer indivíduo que esteja em situação de risco social poderá experimentar mudanças no decorrer da vida, especialmente quando este indivíduo está na fase infantil e, portanto, atravessa até sua vida adulta com sinais deixada pelos sofrimentos vividos nesta fase. As principais crianças que se encontram em situações de risco no Brasil são aquelas que vivem na pobreza e miséria, cujos direitos de proteção que a elas não são garantidos. (MDH, 2018).

Desse modo, a pobreza está associada à vida de milhares de famílias brasileiras, ela costuma andar lado a lado com o não cumprimento dos direitos fundamentais garantidos pela Constituição, sendo os principais indivíduos afetados são as crianças e adolescentes, pois, não respondem pela própria vida e, aquelas que respondem por estes são os que não garantem a proteção e dignidade da vida de cada um. (MDH, 2018).

São sujeitos que sente na pele a desigualdade social, a falta de acesso à educação, ao lazer, a cultura, não tem uma vida digna de criança, são postas em situações de risco não por escolha própria, mas por que são obrigadas, criam em suas vidas uma falta de expectativa que pode ser carregada por todas as etapas do desenvolvimento, sofre com a falta de conforto, a falta de comida, com a exploração

sexual, a exploração de trabalho, tendo assim, sua autoestima consideravelmente agravado pela vulnerabilidade que vive. (MDH, 2018).

Nesse tocante a UNICEF (2011) convoca o Estado, a sociedade brasileira e as famílias a garantirem para cada um desses meninos e meninas o direito de viver essa etapa de sua vida sob a lógica da equidade. Ou seja: livres da desigualdade, mas celebrando a diversidade que torna cada ser humano único, sujeito de direitos.

### 2.3 ENTENDENDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INTERVENÇÃO NOS FATORES DE RISCO NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

O lugar da criança e do adolescente na sociedade foi construído historicamente e adquiriu diversos significados em diferentes grupos sociais. Ao longo da trajetória desses significados, por muitos séculos a infância e juventude ou não existiam, ou foram desvalorizadas pela perspectiva de uma sociedade patriarcal e autoritária, na qual predominava a visão adultocêntrica. Dentro dessa concepção, vigente até a promulgação da Constituição Federal, em 1988, era aceita práticas coercitivas, segregacionistas e até violentas, devidamente justificadas como decorrência do exercício do pátrio poder. A mudança de paradigma, no que se refere à compreensão dos direitos de proteção à infância e juventude, impulsiona o Estado, família e sociedade a propiciarem um ambiente, em que se consolidem os direitos humanos de crianças e adolescentes. Tal transformação ideológica inaugurou a concepção de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e, assim, a inequívoca compreensão de que qualquer violação aos seus direitos é uma forma de violência. (CONSIJ-PR- CIJ-PR, 2012).

Nesse sentido o atendimento à Criança e ao Adolescente, no artigo 86 do Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe que a política de atendimento dos direitos da Criança e do Adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações a todos os entes federados. Essa totalidade de ações objetiva promover, ampliar e defender os direitos humanos da Criança e do Adolescente. (Resolução 113/06 CONANDA).

Entende-se assim que os diversos atores sociais precisam conversar entre si para que, de forma articulada, organizações e instituições possam desenvolver ações em parceria, no intuito de proteger socialmente crianças e adolescentes. Para representar os interesses destes, foram instituídas organizações de caráter participativo, que pleiteiam pelas causas da Infância e Juventude, como os Conselhos



Deliberativos de Políticas Públicas, Conferências, entre outros mecanismos de participação social.

Nesse sentido o Governo brasileiro criou diversas medidas para proporcionar melhor assistência às crianças e aos adolescentes carentes, entre as medidas adotadas, encontra-se a elaboração do Elaboração da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), a criação dos Conselhos Tutelares (no âmbito municipal) e os programas assistencialistas, como o PBF (Programa Bolsa Família) e o PSE (Programa Saúde nas Escolas). (BRASIL, 2004)

#### 2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – MATERIALIZAÇÃO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

Vale ressaltar que há bem pouco tempo não existia no Brasil uma política específica voltada para a criança e ao adolescente, tendo em vista que a mesma era percebida como um problema social, ou seja, a gritante desigualdade social que ainda impera nesse país corroborou para o aprofundamento desse abismo social, onde criança com esse perfil etário e oriundo de classe inferior ao padrão predeterminado pela sociedade era considerada pobre e, portanto não tinha espaço na sociedade sendo estes excluídos do convívio social. E isso fica bastante evidente nessa citação do então Código de Menores, que tinha o menor como alguém criminoso e delinquente.(RIZZINI, 1993).

Menor não é apenas aquele indivíduo que tem a idade inferior a 18 ou 21 anos conforme mandava a legislação em diferentes épocas. Menor é aquele proveniente de família desorganizada onde imperam os maus costumes, a prostituição, a vadiagem, a frouxidão moral e mais uma infinidade de características negativas, tem a sua conduta marcada pela amoralidade e pela falta de decoro, sua linguagem é de baixo calão, sua aparência descuidada, tem muitas doenças e pouca instrução, trabalha nas ruas para sobreviver e anda em bandos com companhias suspeitas. (RIZZINI, 1993, p.96 apud Silva S/A, p.8)

É importante salientar que o tal código foi criado em 1920 e que posteriormente surgiram programas que tinham o objetivo de “cuidar” das crianças, ou seja, fazer com que as mesmas fossem mantidas longe do alcance da sociedade, oferecendo trabalho, educação e uma assistência vigiada fazendo com que as crianças menos favorecidas fossem acolhidas em instituições que as aprisionava e conseqüentemente fazia com que deixasse de ser um problema visível para o Estado. (IPEA, 2005). E uma após outra as políticas voltadas para essa faixa etária só tinha um objetivo, aumentar ainda mais o processo de marginalização destas, tendo em

vista sua condição social. E durante anos o Estado conduziu essas políticas de maneira opressora, indigna como as crianças que tinha seus direitos cerceados, aliás, direitos que até então nem sequer ousaria pensar, percebe-se assim a omissão do Estado e a criança vista como apenas um problema social que não competia a este resolver. (IPEA, 2005). As mudanças só começaram a surgir a partir do processo de democratização do país, com a Promulgação de uma Nova Constituição e posterior a criação de programas que tinham em seu escopo prestar assistência a crianças e adolescentes, o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente).

<sup>3</sup>A violência contra a criança e ao adolescente sempre esteve presente na sociedade e em diferentes classes sociais. No Brasil, um avanço importante para reconhecer crianças e adolescentes como cidadãos com direitos e deveres foi à criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado pela Lei 8.069, e que em julho de 2015 completa 25 anos. O ECA representa um marco jurídico que instaurou a proteção integral e uma carta de direitos fundamentais à infância e à juventude. Ele considera criança a pessoa até 12 anos de idade incompletos e adolescentes aquela entre 12 e 18 anos de idade. A lei estabelece: “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referente à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”. Embora devamos considerar os avanços com a criação do ECA vale ressaltar que as dificuldades para esse público ainda são muito presentes, principalmente quando se trata de crianças em estado de vulnerabilidade social, onde as mesmas não têm acesso aquilo que deve ser básico para se viver com dignidade.

Ainda se precisa avançar em políticas mais efetivas para esse público, tendo em vista que aqueles a quem cabe a responsabilidade do cuidar, muitas vezes são aqueles que violam esses direitos, por isso é necessário mais cuidado, um olhar mais acentuado, e acima de tudo garantir a esse público o acesso à educação, ao lazer, a alimentação, esporte, isso é muito importante para impedir que essas crianças não enveredem por um caminho obscuro e concorra para que sua infância e juventude possa ser violada sem que estes saibam se defender.

---

<sup>3</sup> CUNHA Carolina. Disponível em: [Vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/eca-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-completa-25-anos.htm](http://Vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/eca-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-completa-25-anos.htm)

### 3 SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

<sup>4</sup>O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) é a responsável pelos serviços socioassistenciais e prevenção das áreas consideradas vulneráveis e com algum risco social nos municípios. Tem como papel fundamental o PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família), dando auxílio e orientações as famílias para prevenir situações de vulnerabilidade ou violência. Através do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, eles buscam reunir pessoas que estão na mesma faixa etária (crianças, adolescentes ou idosos) para desenvolver determinadas ações em grupos. O mesmo atende 30 famílias em situação de vulnerabilidade social.

<sup>5</sup>O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Familiares e Comunitários é um serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. (MDS, 2017).

Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social. (MDS, 2017).

Segundo a PNAS (2004), os serviços que são considerados de Proteção Básica de Assistência Social têm como pilar a família em sua integralidade oportunizando a estes o fortalecimento de seus vínculos e conseqüentemente contribuir para o protagonismo dos mesmos, especificamente fazendo com estes tenha a oportunidade de se tornarem participantes dos serviços que lhe são oferecidos através da socialização, acolhimento fortalecendo dessa forma a instituição das quais estes fazem parte. (PNAS, 2005).

---

<sup>4</sup>CRAS. Disponível em [www.Redencao.ce.gov.br](http://www.Redencao.ce.gov.br) acessado dia 05 de març.2021

<sup>5</sup> Disponível em: <http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/servicos-de-convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos>

É fundamental deixar claro que os serviços ofertados pela SCFV apesar de nascer no âmbito público o mesmo também contempla entidades de caráter privado sendo estas sem fins lucrativos, mas ressalta-se que tais instituições precisam ser reconhecidas pelos órgãos superiores ligados a Assistência Social, no caso específico o seu Conselho onde juntamente com os órgãos federados tem a responsabilidade de supervisionar o funcionamento de tais instituições.

É necessário afirmar que os Serviços de Proteção Social Básica funcionam de forma articulada com outros programas. Especificamente o SCFV que contempla crianças e adolescentes tem como principais características a formação para a cidadania participativa através do desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes, segundo os interesses e demandas da faixa etária. Tem como base de suas ações as intervenções em experiências lúdicas, esportivas e culturais como formas de expressão, aprendizagem, sociabilidade e proteção social. (TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2014).

Esses programas visam oferecer uma melhor qualidade de vida para as crianças e adolescente haja vista que se insere nesse contexto atividades culturais e esportivas e considerando esse público o acesso a esse tipo de entretenimento corrobora para que estes tenham a oportunidade de desenvolver habilidades que contribuirão para o seu desenvolvimento pessoal.

Segundo o MDS (2014), algumas estratégias são fundamentais para que os objetivos sejam alcançados dentre as quais se cita a observância de atividades lúdicas como filmes, leituras possibilita que os grupos envolvidos possam interagir trocando ideias, dando sugestões corroboram para que as pessoas consigam entender que não são únicos, existem outras pessoas e que passam por situações semelhantes.

Como já mencionado essas atividades lúdicas são imprescindíveis para desenvolver na criança outras habilidades e é na prática que elas conseguiram vislumbrar que tem potencial e que podem encontrar no esporte também um caminho para uma vida mais saudável, além da socialização que as atividades promovem.

Ainda se pode afirmar que nesse espaço que permeia o serviço de convivência possibilita aqueles que participam se perceberem como pessoas e essa possibilidade enseja um ser humano que tem seus direitos reconhecidos embora que estes venha surgindo depois de muitas lutas. Seja em qualquer situação você se sentir acolhida, ter alguém que pode estar disposta a ser presença, a ser escuta é fundamental para

que as pessoas possam se sentir acolhidas e respeitadas em suas diversidades. (MDS, 2014).

Essa compreensão do ser de direito precisa realmente ser trabalhado haja vista que essas crianças muitas vezes não percebem isso dada as circunstâncias em que vivem e essas fazem com que elas não tenham nem o básico para sobreviver e isso impacta negativamente na autoestima da criança e do jovem, fazendo com que muitos se desviem para um caminho da violência, do roubo, pois quando o Estado se omite no seu papel de proteger abre espaço para outros o fazerem, já que a própria família também refém da situação não tem muito o que oferecer a essas crianças.

Outro fator importante com relação ao serviço do SCFV é que o mesmo não se limita a um modelo de família onde o centro do núcleo familiar está concentrado na figura do patriarca, não, nesse aspecto o serviço acaba por quebrar os estereótipos criados pela sociedade oportunizando que independente do modelo de família, a mesma se encaixando nas exigências do serviço a mesma terá apoio e acompanhamento justamente para diminuir muitas das desigualdades ainda presente na sociedade. (MDS, 2014).

A questão de o serviço não vislumbrar um modelo de família é muito importante. Hoje é muito comum os mais diferentes arranjos familiares, onde muitas vezes a mulher é a chefe de família, ou os avós e isso impacta decisivamente no comportamento das crianças e é preciso esse olhar cuidadoso sobre todos os aspectos que envolvem esses novos arranjos familiares.

As mudanças constantes na nossa sociedade têm mudado radicalmente o conceito e o padrão do que se convencionou chamar de família. Mas entende-se que a família é um conjunto de pessoas que buscam pelo mesmo objetivo e serviço traz exatamente isso a oportunidade do fortalecimento desses vínculos e é justamente nesse espaço que se começa a vislumbrar uma nova oportunidade para quem não a teve a convivência saudável com as pessoas da família. (MDS, 2014).

E essas trocas que se processam nesse ambiente fortalece os vínculos, serviço estabelece laços e desperta nos participantes o sentimento de pertencer a um determinado grupo ou espaço. E esses encontros precisam ser recheados de ludicidade considerando que tal ferramenta tem o poder de trazer motivação para aqueles que deles participam. Enfim esses espaços contribuem para diminuir ou erradicar possíveis manifestações discriminatórias corroborando para que as pessoas se sintam iguais em quaisquer circunstâncias, tendo em vista que naquele momento

em que as trocas acontecem cada um de forma particular está estabelecendo uma conexão consigo mesmo trazendo para as vivências experiências que vão fortalecer sua vida. (MDS, 2014).

A socialização entre essas pessoas contribui efetivamente para eles perceberem que não estão só, que de certa forma existem pessoas também na mesma situação, e que juntos podem construir um lugar melhor para se viver, com as experiências de cada um.

Esses encontros através de atividades lúdicas são uma das inúmeras possibilidades que o SCFV oferece para que as pessoas possam interagir e tornar-se mais próxima, onde seus conflitos possam ser resolvidos, onde as experiências criam oportunidade para que estes tenham suas vidas resgatadas de alguma forma, e o fortalecimento desses contatos traz novas perspectivas para a vida daqueles que as vivenciam. (MDS, 2014).

Concordamos plenamente a interação entre esse público favorece uma melhor qualidade de vida para os mesmos, cada um tem uma experiência de vida, angústias, tristezas e muitas vezes o desprezo da sociedade e quando estes momentos podem ser utilizados para trocas com outras pessoas vai aos fortalecendo e dando ânimo um para o outro compreendendo que juntos podem se tornar mais fortes.

Com relação a esses encontros vale ressaltar que são momentos que corroboram para um aprendizado das famílias fazendo com que estas entendam que as mesmas fazem parte da sociedade, e embora em condições adversas os espaços que foram criados para oportunizar as falas destes. Nesse sentido se pode afirmar que os usuários do serviço têm a oportunidade de reconhecer que possuem direitos e que estes precisam ser assegurados, mas essa consciência precisa partir do conhecimento que se objetiva transmitir para essas pessoas nos diferentes espaços de convivência que o serviço oferece. (MDS, 2014).

Os profissionais que promovem esses encontros precisam trabalhar de maneira que possam elevar a autoestima dessas pessoas considerando que as mesmas são vítimas de uma sociedade excludente onde o básico lhe foi tirado. Sempre existirá pobres e ricos, mas não significa dizer que essas pessoas não possam ser tratadas com dignidade.

Entende-se assim que a assistência social deve ser pensada no campo dos direitos, da proteção e/ou prevenção em situações de riscos e vulnerabilidade social oportunizando que as famílias possam ter a oportunidade de se sentir pertencente a sociedade na qual está inserida. Mas é importante ressaltar que é necessário não só a política de assistência social, mas políticas públicas que estejam voltadas para a melhor qualidade de vida das pessoas em situações de vulnerabilidade social. (MDS, 2014).

Concordamos, embora efetividade desse trabalho desenvolvido não garantirá aos mesmos as condições de uma melhor qualidade de vida, tendo em vista que essas famílias precisam ser vistas como pessoas de direito, direito a moradia, a saúde, a educação, a alimentação, entre outros e dificilmente no espaço onde os estes convivem são alcançados pelas políticas públicas, caso contrário não teríamos famílias em situação de vulnerabilidade social.

É necessário mudar o quadro social do país a partir de políticas sérias que não priorizem a política partidária ou que transforme a assistência no campo de embates políticos. O que se precisa é entender a necessidade de reconhecer que as pessoas em estado de vulnerabilidade social existem e é competência do Estado para que tal situação possa ser revertida em benefícios para a população considerada invisível, ou que não dispõe de recursos ou assistência para viver uma vida com dignidade. (MDS, 2014).

Na verdade, o que se tem presenciado ao longo do tempo são políticas públicas de governo, que passado esse momento acabam esquecendo os menos favorecidos e no fim sempre alguém sai perdendo, notadamente os mais vulneráveis e isso implica um maior comprometimento. As tentativas são muitas, os discursos inflamados também mais a assistência social ainda é palco de palanques em tempo de eleição partidária, infelizmente é preciso avançar para que se possa diminuir as desigualdades cada dia mais evidente em um país considerado em desenvolvimento, mas que tem uma minoria muito rica e a grande maioria em situação de vulnerabilidade social onde o Estado não chega.

## 4 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo e documental. Posterior foi realizada uma pesquisa de campo para obter informações acerca do trabalho desenvolvido por profissionais que trabalham com o público-alvo de 06 a 15 anos em situação de vulnerabilidade.

A pesquisa tem como intuito principal responder a seguinte questão de pesquisa: “O SCFV tem contribuído para diminuir a situação de crianças em situação de vulnerabilidade social da juventude do município de Redenção?” O objetivo geral deste estudo foi analisar se o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do CRAS de Redenção vem alcançando seus propósitos. Como objetivos específicos: analisar a situação socioeconômica da população alvo do programa no município de Redenção; apresentar uma descrição do desenvolvimento histórico do programa, de sua adesão pelo município, apresentar a percepção do profissional de serviço social e aos demais trabalhadores do SUAS sobre a implementação do programa. Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa de caráter descritivo e documental.

A princípio foi realizada a busca de um embasamento teórico, por meio da leitura de livros, sites oficiais, dissertações e artigos de periódicos sobre o tema Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do CRAS. Após isso, foi elaborado um questionário com 14 perguntas. O questionário foi enviado a todos os 08 profissionais que atuam no SCFV, porém apenas três retornaram. Com o questionário, tivemos o propósito de obter um maior conhecimento sobre o serviço e suas especificidades, como o número de usuários, equipe, local de realização dos encontros, além de dias e horários. tendo perguntas relacionadas a aspectos financeiros, educacionais, de saúde, cultura, lazer, ambientais e de saneamento, habitacionais, risco a violência na família e na comunidade, para poder identificar o perfil dos usuários atendidos, especialmente no que tange as situações de vulnerabilidade e de risco social.

Quanto a sua classificação a pesquisa é qualitativa onde Gerhardt e Silveira (2009, p. 31), afirma que a pesquisa em questão “não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização etc.”. Levando isso em consideração e tendo



em vista que o presente trabalho busca realizar uma análise a partir das percepções dos profissionais que trabalham no SCFV.

Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se, o questionário, contendo 14 perguntas, o questionário foi elaborado a partir de pesquisas nos sites oficiais no governo federal, especificamente dos que tratam da assistência social, onde buscamos acompanhar as orientações norteadoras dos programas desenvolvidos no âmbito da assistência servindo de base para um questionamento mais assertivo que pudesse melhor fundamentar a pesquisa e a realidade vivenciada pelo município pesquisado. Optou-se por realizar a pesquisa no CRAS com 03 profissionais que desenvolvem o trabalho de atendimento do público em questão.

No município de Redenção o SCFV passou a ser ofertado no ano de 2005. De acordo com a Secretária Municipal de Assistência Social, o serviço atende aproximadamente 30 famílias em situação de vulnerabilidade social público objeto desse estudo desta pesquisa, localizado na sede do Município.

O instrumental de pesquisa utilizado foi um questionário possibilitando ao respondente fornecer respostas concretas a presente pesquisa bem como sua validação. No questionário as perguntas fechadas sobre as trajetórias e o trabalho profissional dos respondentes, e aspectos relacionados as ações desenvolvidas pelo CRAS do município.

Observamos que além do cuidadoso registro de dados, também se faz necessário um bom preparo anterior para iniciar-se a pesquisa com a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas adequadas para efetuar as atividades necessárias.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em um artigo publicado por um usuário do site canal colaborativo monografias Brasil escola onde o tema do trabalho era “A Atuação Profissional do Assistente Social no Centro de Referência de Assistência Social” embora o referido trabalho tenha um enfoque específico no profissional assistente social ficou evidente que o referido profissional demonstra conhecimento técnico da função que exerce conhecendo as dificuldades de trabalhar com crianças e adolescentes, mas que busca encontrar os caminhos possíveis que possam alcançar a todos que procuram o serviço. Demonstrou ainda empatia com relação a essas pessoas e consciente da sua importância como profissional na escuta e acolhimento das famílias atendidas.

Em outro artigo Vinicius publicado por Tonollier Pereira & Pedrinho Arcides Guareschi “O CRAS em relação: profissionais e usuários(as) em movimento” traz a percepção também de profissionais que atuam no ambiente do CRAS onde foi possível perceber que estes reconhecem a importância e o valor de seu trabalho no apoio a essas famílias em condições de vulnerabilidade social.

Com relação à pesquisa realizada com os profissionais que atuam no CRAS de Redenção apresenta-se os resultados obtidos. Perguntado aos respondentes sobre o objetivo do Serviço de Convivência e fortalecimento de vínculos, obteve-se os seguintes resultados.

Fortalecer as relações familiares e comunitárias complementando o trabalho social pelo PAIF (Serviço de Proteção Integral às Famílias), prevenindo a ocorrência de situações de risco social, além de promover a integração e a troca de experiências entre seus participantes, valorizando o sentido de vida coletiva. O SCFV possui um caráter preventivo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades dos usuários. (RESPONDENTE I)

Fortalecer as relações familiares e comunitárias complementando o trabalho social pelo PAIF (Serviço de Proteção Integral às Famílias) (RESPONDENTE II)

O SCFV possui um caráter preventivo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades dos usuários. (RESPONDENTE III)

Sobre o público-alvo atendido pelo serviço perguntou-se quem são as pessoas contempladas?

Podem participar crianças, jovens e adultos; pessoas com deficiência; pessoas que sofreram violência, vítimas de trabalho infantil; jovens e crianças

fora da escola; jovens que cumprem medidas socioeducativas; idosos sem amparo da família e da comunidade ou sem acesso a serviços sociais, além de outras pessoas inseridas no Cadastro Único. (RESPONDENTE I)

Crianças, jovens e adultos; pessoas com deficiência; pessoas que sofreram violência, vítimas de trabalho infantil; jovens e crianças fora da escola; jovens que cumprem medidas socioeducativas; idosos sem amparo da família e da comunidade ou sem acesso a serviços sociais, além de outras pessoas inseridas no Cadastro Único. (RESPONDENTE II)

Podem participar crianças, jovens e adultos; pessoas com deficiência; pessoas que sofreram violência, vítimas de trabalho infantil; jovens e crianças fora da escola; jovens que cumprem medidas socioeducativas; idosos sem amparo da família e da comunidade ou sem acesso a serviços sociais, além de outras pessoas inseridas no Cadastro Único. (RESPONDENTE III)

Com relação ao ano em que o Serviço de Convivência começou a ser desenvolvido no município de Redenção todas foram unânimes em apontar que o ano de 2005 foi o início do serviço.

Sobre o número de jovens que são atendidos pelo serviço obtivemos os seguintes resultados.

Nos grupos são permitidos até 30 usuários sob a responsabilidade do orientador social, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistencial do Ministério da Cidadania. No CRAS atendemos em torno de 25 por grupo. (RESPONDENTE I)

Nos grupos são permitidos até 30 usuários. (RESPONDENTE II)

No CRAS atendemos em torno de 25 por grupo. (RESPONDENTE II)

Perguntado aos entrevistados sobre o número de profissionais que atuam nesse serviço, obtivemos as seguintes respostas.

Técnicos de nível superior do CRAS que poderão ser: o assistente social, o pedagogo e o psicólogo; Orientador(es) social(is), conforme a descrição apresentada na Resolução CNAS nº 9/2014; Usuários. (RESPONDENTE I)

Nível superior do CRAS o assistente social, o pedagogo e o psicólogo; Orientador(es) social(is) (RESPONDENTE II)

Assistente social, o pedagogo e o psicólogo; Orientador(es) social(is). (RESPONDENTE III)

Sobre a inserção dos jovens para serem engajados no serviço. Obtivemos as seguintes respostas.

Procura espontânea; Busca ativa; Encaminhamento da rede socioassistencial; Encaminhamento das demais políticas públicas e órgãos do Sistema de Garantia de Direitos. (RESPONDENTE I)

Encaminhamento da rede socioassistencial; das demais políticas públicas e órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, também pode acontecer de forma espontânea ou o que se chama busca ativa. (RESPONDENTE II)

Procura espontânea; Busca ativa; Encaminhamento da rede socioassistencial; Encaminhamento das demais políticas públicas e órgãos do Sistema de Garantia de Direitos. (RESPONDENTE III)

Com relação as atividades que são realizadas pelo serviço, perguntamos como estas acontecem?

No próprio CRAS, em unidades privadas sem fins lucrativos conveniadas com Poder Público, desde que tenham registro no Conselho de Assistência Social e ofertem o Serviço, conforme Tipificação Nacional de Serviços Socioassistencial, na área de abrangência do CRAS. (RESPONDENTE I)

No próprio CRAS, em unidades privadas sem fins lucrativos conveniadas com Poder Público, desde que tenham registro no Conselho de Assistência Social e ofertem o Serviço, conforme Tipificação Nacional de Serviços Socioassistencial, na área de abrangência do CRAS. (RESPONDENTE II)

No próprio CRAS, em unidades privadas sem fins lucrativos conveniadas com Poder Público, desde que tenham registro no Conselho de Assistência Social e ofertem o Serviço, conforme Tipificação Nacional de Serviços Socioassistencial, na área de abrangência do CRAS. (RESPONDENTE III)

Sobre a frequência dos encontros foi perguntado. Como estes acontecem?

Obteve-se os seguintes resultados.

As atividades são realizadas em dois dias úteis por semana. (RESPONDENTE I)

Dois dias úteis por semana. (RESPONDENTE II)

Dois dias úteis por semana. (RESPONDENTE III)

Questionada sobre a taxa de evasão, se esta era elevada ou não.

Obtivemos as seguintes respostas.

Existe no CRAS, todo um trabalho com as famílias por meio de busca ativa, de acolhida, visita domiciliar, encaminhamentos que são feitos muito de perto pelos técnicos de referência dos grupos, para assim, alimentar dados no Sistema de Informações dos Serviços do Ministério do Desenvolvimento Social (SISC). Isso acontece interruptamente durante o período em que o usuário ingressa no SCFV e esses dados são confrontados para atualização da frequência, avaliação com as famílias e resultados do SCFV. Os egressos, geralmente são por motivos de mudança de endereço/município, incompatibilidade de dia/horário (escolas e projetos sociais de bairro) e dificuldades de deslocamentos, contudo, isso ocorre de maneira moderada sem impactar a oferta dos serviços. (RESPONDENTE I)

Existe no CRAS, todo um trabalho com as famílias por meio de busca ativa, de acolhida, visita domiciliar, encaminhamentos que são feitos muito de perto pelos técnicos de referência dos grupos. (RESPONDENTE II)

Existe todo um trabalho com as famílias por meio de busca ativa, de acolhida, visita domiciliar, encaminhamentos que são feitos muito de perto pelos técnicos de referência dos grupos. (RESPONDENTE III)

Sobre o tempo de permanência no serviço ofertado, foi levantado quanto tempo a criança. Obtivemos os seguintes resultados.

Para crianças de até 6 anos, o tempo corresponde à 1h e 30min por dia de atividades previamente planejadas;  
 Para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, o tempo corresponde à 2h por dia de atividades previamente planejadas;  
 Para adolescentes e jovens de 15 a 17 anos, o tempo corresponde à 2h por dia de atividades previamente planejadas;  
 Para pessoas idosas, o tempo corresponde à 2h por dia de atividades previamente planejadas. (RESPONDENTE I)

Para crianças de até 6 anos, o tempo corresponde à 1h e 30min por dia de atividades previamente planejadas;  
 Para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, o tempo corresponde à 2h por dia de atividades previamente planejadas;  
 Para adolescentes e jovens de 15 a 17 anos, o tempo corresponde à 2h por dia de atividades previamente planejadas;  
 Para pessoas idosas, o tempo corresponde à 2h por dia de atividades previamente planejadas. (RESPONDENTE II)

Para crianças de até 6 anos, o tempo corresponde à 1h e 30min por dia de atividades previamente planejadas;  
 Para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, o tempo corresponde à 2h por dia de atividades previamente planejadas;  
 Para adolescentes e jovens de 15 a 17 anos, o tempo corresponde à 2h por dia de atividades previamente planejadas;  
 Para pessoas idosas, o tempo corresponde à 2h por dia de atividades previamente planejadas. (RESPONDENTE III)

Foi questionado junto aos profissionais quais os temas que estes trabalham com as crianças nas atividades desenvolvidas?

Todas que possibilitam a discussão e a reflexão sobre questões que estão presentes no território, na realidade sociocultural e na vivência individual, social e familiar dos participantes, para que compreendam a sua realidade e dela participem, de forma protagonista. Os temas fundamentam as atividades que serão realizadas no serviço, de maneira a contemplar os seus objetivos e possibilitar o alcance dos resultados esperados. É no planejamento que se criam propostas mensais de atividades e campanhas, de cunho social, para sua aplicabilidade no SCFV. As intervenções devem ser pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social. (RESPONDENTE I)

Todas que possibilitam a discussão e a reflexão sobre questões que estão presentes no território, na realidade sociocultural e na vivência individual,

social e familiar dos participantes, para que compreendam a sua realidade e dela participem, de forma protagonista. (RESPONDENTE II)

Os temas fundamentam as atividades que serão realizadas no serviço, de maneira a contemplar os seus objetivos e possibilitar o alcance dos resultados esperados. É no planejamento que se criam propostas mensais de atividades e campanhas, de cunho social, para sua aplicabilidade no SCFV. (RESPONDENTE III)

Sobre os recursos foi perguntado. Qual o valor médio destinado a prestação deste serviço mensalmente?

Em se tratando dos recursos para esse fim, todo acesso e gerenciamento são executados pelos técnicos da Secretaria do Trabalho e Assistência Social (STAS). Devendo o CRAS relacionar e sinalizar a essa secretaria, os recursos materiais com respectivas quantidades, para suprir as demandas nos coletivos com trabalhos artísticos, culturais e oficinas. (RESPONDENTE I)

Em se tratando dos recursos para esse fim, todo acesso e gerenciamento são executados pelos técnicos da Secretaria do Trabalho e Assistência Social (STAS). (RESPONDENTE II)

O gerenciamento é feito pelos técnicos da secretaria, não temos acesso. (RESPONDENTE II)

Sobre a avaliação dos serviços, foi perguntado. Como você avalia este serviço? Importância, eficiência...

A importância é imensurável, pois quando se oferece acolhimento e atenção àquela família que necessita da assistência, no sentido de prevenir uma situação de risco social ou vulnerabilidade social/relacional, já é um meio de reconhecer, garantir e ampliar seus direitos. E isso é transformador para a vida do usuário do SCFV em questão. (RESPONDENTE I)

De suma importância haja vista a necessidade de dar voz e vez aquelas pessoas sem nenhuma condição. (RESPONDENTE II)

Importante considerando que muitas famílias que são beneficiadas significa um grupo a menos que enfrentam dificuldades. (RESPONDENTE III)

Sobre os resultados estão sendo positivos? Estão sendo alcançados?

Uma vez que a convivência no ambiente é saudável, respeitosa e de valorização das diversidades, pode-se dizer que sim, pois tudo isso é o que se oferece no CRAS, levando-se em conta o acesso às atividades lúdicas onde as crianças e adolescentes expressam suas experiências e se desenvolvem integralmente; acesso aos seus direitos socioassistenciais e humanos onde se sentem acolhidos e integrados; acesso ao conhecimento e capacidade crítica da realidade; acesso aos serviços e programas e proteção social familiar e comunitária, enfim. Isso é o que está presente no universo do CRAS para seus usuários do SCFV, e, portanto, de grande valia. (RESPONDENTE I)

É possível afirmar que sim tendo em vista os depoimentos das pessoas que frequentam os programas e ressaltam as mudanças que aconteceram em suas vidas depois de participar das reuniões do programa. (RESPONDENTE II)

sim. Todo o acolhimento e o cuidado que temos contribuiu para que as respostas fossem positivas. (RESPONDENTE III)

Diante das respostas apresentadas que a princípio de caráter muito técnico não sei se este fato se deu pela escolha dos respondentes, o que no momento foi o que nos pareceu mais viável já que não se obteve uma maior abertura para um aprofundamento dos trabalhos no local de trabalho dessas pessoas, ou pela própria condição de pandemia que assolou o mundo em 2020, onde a necessidade do distanciamento social fez com que todos os atendimentos acontecessem de maneira virtual, o que dificultou perceber de maneira mais objetiva os trabalhos desenvolvidos por tais profissionais.

Dado às respostas muito técnicas percebemos ao longo das respostas que as mesmas nos pareceram prontas e acabadas, como se ao lerem os questionamentos de maneira impessoal as respostas foram apresentadas. O que nos causou certo desconforto haja vista que não foi possível mensurar o tipo de atendimento que o serviço oferece.

Ainda vale ressaltar que o objetivo não foi alcançado principalmente pela falta de contribuição dos participantes e uma abertura maior para que pudéssemos dispor de informações quanto ao desenvolvimento do projeto no município de Redenção. Reafirmo a necessidade de um maior aprofundamento do assunto em outro momento, onde o pesquisador possa ser compreendido no seu papel de buscar informações e através destas um maior conhecimento de como os projetos sociais são percebidos e desenvolvidos pelo município de Redenção.

As respostas acima descritas pelos profissionais escolhidos aconteceram via *google docs*<sup>6</sup>, uma ferramenta de comunicação que permite troca de informações,

---

<sup>6</sup> O *Google Docs* refere-se a um pacote de aplicativos com funcionamento baseado na plataforma da internet (*Browser*). Possui compatibilidade com o *Microsoft Office*, *KOffice*, *BrOffice.org* e *OpenOffice.org*, sem contar que sua composição engloba um editor de formulário, planilha, apresentação e texto. O recurso é muito popular e utilizado, devido a sua capacidade de portabilidade dos documentos e edição remota, de qualquer é possível alterar ou incluir dados nas planilhas criadas, e automaticamente todos os usuários receberão a atualização por *e-mail*. Existe ainda a opção de converter os documentos no formato PDF.

como no caso específico, o questionário para que fosse possível obter as informações pertinentes ao trabalho.

Ao se debruçar sobre as respostas nos pareceu óbvio que apenas o entendimento técnico do trabalho do SFCV foi realmente apresentado, ficando assim informações apenas já observadas em manuais do próprio serviço vinculado a Assistência Social. Em suma acreditamos que em virtude da própria condição sanitária que assola o mundo e o município não é diferente não se teve o êxito esperado na pesquisa, tendo em vista que ficou muito vago as respostas e sem muita consistência quando se tinha como primícia conhecer a realidade do serviço desenvolvido no município pesquisado.



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema da pesquisa em questão “Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes no município de Redenção-Ceará teve como objetivo compreender como o serviço atua dentro do município acima citado.

Embora as informações tenham sido colhidas via plataforma no *google docs* as informações foram muito insuficientes. Embora tenha sido possível ao longo da fundamentação teórica entender o que o serviço e como este funciona, especificamente no município de Redenção que era o objetivo da pesquisa não foi possível através dos profissionais selecionados, e aqui cabe uma ressalva que dentro da própria assistência não houve contribuição para o trabalho, só nos sendo permitida ter acesso aos profissionais indicados acredito que conseguimos a priori conhecer um pouco mais do serviço e suas diretrizes para o funcionamento do mesmo.

É importante salientar que o município de Redenção é um município que requer uma atenção especial tendo em vista que embora as desigualdades sociais sejam latentes, as oportunidades são muito poucas em termos de trabalho, oportunidade para uma melhor qualidade de vida, o trabalho que dignifica o homem.

Entendendo que o serviço atende a uma faixa etária específica compreende-se a importância deste para o desenvolvimento e formação da criança em situação de vulnerabilidade, já que especificamente o serviço tem como prioridade atender a crianças e adolescentes.

Nesse sentido acredita-se que a pesquisa ainda requer um maior aprofundamento para que de fato se alcance um denominador comum, ou seja, compreender a realidade do município e como projetos que contemplam a pasta da assistência social agregam valor na melhor qualidade de vida das pessoas e concomitantemente dando-lhe as mesmas a oportunidade de ter acesso a todos os benefícios e garantias determinados pela lei.

Por fim espera-se que de alguma forma essa pesquisa possa contribuir com as informações técnicas com relação ao SCFV e posterior sirva de subsídios para maiores esclarecimentos de como estes atuam.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, no 5/6, p. 25-36, maio-dez. (Número especial sobre Juventude e Contemporaneidade), 1997.

ARENDT, Hannah. A Condição Humana. São Paulo. Universitária, 1987.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Traduzido por Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm) (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 64, de 2010). Acesso em: 04. dez. 2020.

BRASIL ESCOLA. Atuação do profissional assistente social. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/sociologia/a-atuacao-profissionalassistente-social-no-centro-referencia.htm>. Acessado dia 10.abr.2021

BRASIL, **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social NOB/SUAS. Brasília, 2005.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Brasília: Diário Oficial da União; 1990.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências**. Brasília: Diário Oficial da União; 2004.

CAMPOS, M. S; REIS, D. S. **Metodologias do trabalho social no CRAS**. In: CRAS: marcos legais. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2009.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 2005.

CENSO, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 19.jan.2021

CONANDA. Resolução n.º 169, de 13 de novembro de 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/>. Acesso em: 25.fev.2021

CONSIJ-PR CIJ-PR. **Risco, violência e acolhimento de crianças e adolescentes no estatuto da criança e do adolescente**, Paraná 2012.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **Natureza e implantação do novo Direito da Criança e do Adolescente**. In: PEREIRA, Tânia da Silva (coord.). Estatuto da Criança

e do Adolescente. Lei 8.069/90: estudos sociojurídicos. Rio de Janeiro: Renovar, 1992.

CUNHA, Carolina. **ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente completa 25 anos** disponível em: [Vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/eca-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-completa-25-anos.htm](http://Vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/eca-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-completa-25-anos.htm). Acesso 20. jan.2020

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche - capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez Editora,2008.

IPEA. **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo** / Luciana Jaccoud, organizadora; Frederico Barbosa da Silva ... [et al.]. – Brasília: IPEA, 2005. 435 p.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. de A. **Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

\_\_\_\_\_. **Lei Orgânica de Assistência Social**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 1993.

MACHADO. João Luís de. **A vida em família na Antiguidade Clássica: Como eram as relações familiares na Grécia e Roma antigas, 2006**. Disponível em <http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=405>. Acesso em: 14. dez. 2020.

MDS. **Serviços de convivência e fortalecimento de vínculos**. Disponível em:[http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/servicos-de-convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos\\_](http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/servicos-de-convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos_) Acesso em: 25. fev. 2021

MDS. Política Nacional de Assistência Social. Disponível em: <http://www.assistenciasocial.al.gov.br/>. Acesso em: 25.fev. 2021

Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Proteção dos Direitos da Criança e Adolescente. **Violência contra Crianças e Adolescentes: Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas** / elaboração de Marcia Teresinha Moreschi – Documento eletrônico – Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018, 494 p.

OLIVEIRA, José Sebastião **O direito de família e os novos modelos de família no direito civil e constitucional brasileiro**. Revista Jurídica Cesumar, Maringá, n.1, 2005, v.5. Disponível em: Acesso em: 22. fev. 2021.

PAIF. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/cras>. Acesso em 13. março.2021

PNAS. **Política Nacional de Assistência Social** 2004, Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social, Resolução n. 145, de 15/10/2004. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004.

RIZZINI, Irene. **O Século perdido: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Petrobrás – BR: Ministério da Cultura: USU Ed. Universitária, 1993.

SEDS. **Convivência e fortalecimento de vínculos**. Disponível em: <http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/servicos-de-convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos>. Acesso em: 10. jan.2021

SPOSITO, Marília Pontes (coord.), (1997). **Estudos sobre juventude em educação**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, no 5/6, p. 37-52, maio-dez. (Número especial sobre Juventude e Contemporaneidade), (2002). Juventude e escolarização (1980/1998). Brasília: MEC/INEP/Comped (Estado do Conhecimento, 7).

SIERRA, Vânia Morales; MESQUISTA, Wania Amélia. **“Vulnerabilidades e Fatores de Risco na Vida de Crianças e Adolescentes.”** São Paulo em Perspectiva, v. 20, n. 1, p. 148-155, jan./mar. 2006

SILVA, Rita de Cássia O. **O sujeito na infância: Quando a visibilidade produz exclusão**. Disponível em: <http://www.antropologia.com.br/tribo/infancia>. Acesso em: 07. dez. 2020.

UNICEF. **UNICEF em ação**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/unicef-em-acao>. Acesso em: 07.nov.2020

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Sistema de Bibliotecas da Unilab. **Manual de normalização de trabalhos acadêmicos da Unilab** / Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Sistema de Bibliotecas da Unilab. - Acarape, CE, 2020. 44 p.: il. color

## APÊNDICE

Perguntas	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3
<b>01.</b> Qual o objetivo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos?	Fortalecer as relações familiares e comunitárias complementando o trabalho social pelo PAIF (Serviço de Proteção Integral às Famílias), prevenindo a ocorrência de situações de risco social, além de promover a integração e a troca de experiências entre seus participantes, valorizando o sentido de vida coletiva. O SCFV possui um caráter preventivo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades dos usuários.	Fortalecer as relações familiares e comunitárias complementando o trabalho social pelo PAIF (Serviço de Proteção Integral às Famílias),	O SCFV possui um caráter preventivo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades dos usuários.
<b>02.</b> Qual o público-alvo?	Podem participar crianças, jovens e adultos; Pessoas com deficiência; Pessoas que sofreram violência, vítimas de trabalho infantil; jovens e crianças fora da escola; Jovens que cumprem medidas socioeducativas; idosos sem amparo da família e da comunidade ou sem acesso a serviços sociais, além de outras pessoas inseridas no Cadastro Único.	crianças, jovens e adultos; Pessoas com deficiência; Pessoas que sofreram violência, vítimas de trabalho infantil; jovens e crianças fora da escola; Jovens que cumprem medidas socioeducativas; idosos sem amparo da família e da comunidade ou sem acesso a serviços sociais, além de outras pessoas inseridas no Cadastro Único.	Podem participar crianças, jovens e adultos; Pessoas com deficiência; Pessoas que sofreram violência, vítimas de trabalho infantil; jovens e crianças fora da escola; Jovens que cumprem medidas socioeducativas; idosos sem amparo da família e da comunidade ou sem acesso a serviços sociais, além de outras pessoas inseridas no Cadastro Único.
<b>03.</b> Desde quando esse serviço é prestado?	Desde o ano de 2005.	Desde o ano de 2005.	Desde o ano de 2005.
<b>04.</b> Quantos jovens são atendidos?	Nos grupos são permitidos até 30 usuários sob a responsabilidade do orientador social, de acordo com a tipificação Nacional de Serviços Socioassistencial do Ministério da Cidadania.	Nos grupos são permitidos até 30 usuários.	No CRAS atendemos em torno de 25 por grupo.

	No CRAS atendemos em torno de 25 por grupo.		
<b>05.</b> Qual a composição da equipe?	Técnicos de nível superior do CRAS que poderão ser: o assistente social, o pedagogo e o psicólogo; Orientador(es) social(is), conforme a descrição apresentada na Resolução CNAS nº 9/2014; Usuários.	nível superior do CRAS o assistente social, o pedagogo e o psicólogo; Orientador(es) social(is),	assistente social, o pedagogo e o psicólogo; Orientador(es) social(is).
<b>06.</b> E como se dá o processo de inserção desses jovens?	Procura espontânea; Busca ativa; Encaminhamento da rede socioassistencial; Encaminhamento das demais políticas públicas e órgãos do Sistema de Garantia de Direitos	Encaminhamento da rede socioassistencial; das demais políticas públicas e órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, também pode acontecer de forma espontânea ou o que se chama busca ativa.	Procura espontânea; Busca ativa; Encaminhamento da rede socioassistencial; Encaminhamento das demais políticas públicas e órgãos do Sistema de Garantia de Direitos
<b>07.</b> Onde são realizadas as atividades?	No próprio CRAS, em unidades privadas sem fins lucrativos conveniadas com Poder Público, desde que tenham registro no Conselho de Assistência Social e ofereçam o Serviço, conforme Tipificação Nacional de Serviços Socioassistencial, na área de abrangência do CRAS;	No próprio CRAS, em unidades privadas sem fins lucrativos conveniadas com Poder Público, desde que tenham registro no Conselho de Assistência Social e ofereçam o Serviço, conforme Tipificação Nacional de Serviços Socioassistencial, na área de abrangência do CRAS;	No próprio CRAS, em unidades privadas sem fins lucrativos conveniadas com Poder Público, desde que tenham registro no Conselho de Assistência Social e ofereçam o Serviço, conforme Tipificação Nacional de Serviços Socioassistencial, na área de abrangência do CRAS;
<b>08.</b> Qual a frequência desses encontros?	As atividades são realizadas em dois dias úteis por semana.	dois dias úteis por semana.	dois dias úteis por semana.
<b>09.</b> A taxa de evasão é elevada?	Existe no CRAS, todo um trabalho com as famílias por meio de busca ativa, de acolhida, visita domiciliar, encaminhamentos que são feitos muito de perto pelos técnicos de referência dos grupos, para assim, alimentar dados no Sistema de	Existe no CRAS, todo um trabalho com as famílias por meio de busca ativa, de acolhida, visita domiciliar, encaminhamentos que são feitos muito de perto pelos técnicos de referência dos grupos,	Existe todo um trabalho com as famílias por meio de busca ativa, de acolhida, visita domiciliar, encaminhamentos que são feitos muito de perto pelos técnicos de referência dos grupos.

	<p>Informações dos Serviços do Ministério do Desenvolvimento Social (SISC). Isso acontece interruptamente durante o período em que o usuário ingressa no SCFV e esses dados são confrontados para atualização da frequência, avaliação com as famílias e resultados do SCFV. Os egressos, geralmente são por motivos de mudança de endereço/município, incompatibilidade de dia/horário (escolas e projetos sociais de bairro) e dificuldades de deslocamentos, contudo, isso ocorre de maneira moderada sem impactar a oferta dos serviços.</p>		
<p><b>10.</b> Há um tempo máximo que eles possam ficar nesse serviço?</p>	<p>Para crianças de até 6 anos, o tempo corresponde à 1h e 30min por dia de atividades previamente planejadas; Para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, o tempo corresponde à 2h por dia de atividades previamente planejadas; Para adolescentes e jovens de 15 a 17 anos, o tempo corresponde à 2h por dia de atividades previamente planejadas; Para pessoas idosas, o tempo corresponde à 2h por dia de atividades previamente planejadas.</p>	<p>Para crianças de até 6 anos, o tempo corresponde à 1h e 30min por dia de atividades previamente planejadas; Para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, o tempo corresponde à 2h por dia de atividades previamente planejadas; Para adolescentes e jovens de 15 a 17 anos, o tempo corresponde à 2h por dia de atividades previamente planejadas; Para pessoas idosas, o tempo corresponde à 2h por dia de atividades previamente planejadas.</p>	<p>Para crianças de até 6 anos, o tempo corresponde à 1h e 30min por dia de atividades previamente planejadas; Para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, o tempo corresponde à 2h por dia de atividades previamente planejadas; Para adolescentes e jovens de 15 a 17 anos, o tempo corresponde à 2h por dia de atividades previamente planejadas; Para pessoas idosas, o tempo corresponde à 2h por dia de atividades previamente planejadas.</p>
<p><b>11.</b> Quais as temáticas abordadas?</p>	<p>Todas que possibilitam a discussão e a reflexão sobre questões que estão presentes no território, na realidade sociocultural e na vivência individual, social</p>	<p>Todas que possibilitam a discussão e a reflexão sobre questões que estão presentes no território, na realidade sociocultural e na vivência individual, social</p>	<p>Os temas fundamentam as atividades que serão realizadas no serviço, de maneira a contemplar os seus objetivos e possibilitar o alcance dos resultados esperados. É</p>



	<p>e familiar dos participantes, para que compreendam a sua realidade e dela participem, de forma protagonista.</p> <p>Os temas fundamentam as atividades que serão realizadas no serviço, de maneira a contemplar os seus objetivos e possibilitar o alcance dos resultados esperados. É no planejamento que se criam propostas mensais de atividades e campanhas, de cunho social, para sua aplicabilidade no SCFV. As intervenções devem ser pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social.</p>	<p>e familiar dos participantes, para que compreendam a sua realidade e dela participem, de forma protagonista.</p>	<p>no planejamento que se criam propostas mensais de atividades e campanhas, de cunho social, para sua aplicabilidade no SCFV</p>
<p><b>12.</b> Qual o valor médio destinado a prestação deste serviço mensalmente?</p>	<p>Em se tratando dos recursos para esse fim, todo acesso e gerenciamento são executados pelos técnicos da Secretaria do Trabalho e Assistência Social (STAS). Devendo o CRAS relacionar e sinalizar a essa secretaria, os recursos materiais com respectivas quantidades, para suprir as demandas nos coletivos com trabalhos artísticos, culturais e oficinas.</p>	<p>Em se tratando dos recursos para esse fim, todo acesso e gerenciamento são executados pelos técnicos da Secretaria do Trabalho e Assistência Social (STAS).</p>	<p>o gerenciamento é feito pelos técnicos da secretaria, não temos acesso.</p>
<p><b>13.</b> Como você avalia este serviço? Importância, eficiência...</p>	<p>A importância é imensurável, pois quando se oferece acolhimento e atenção àquela família que necessita da assistência,</p>	<p>de suma importância haja vista a necessidade de dar voz e vez aquelas pessoas sem nenhuma condição.</p>	<p>importante considerando que muitas famílias que são beneficiadas significa um grupo a menos que enfrentam dificuldades</p>

	no sentido de prevenir uma situação de risco social ou vulnerabilidade social/relacional, já é um meio de reconhecer, garantir e ampliar seus direitos. E isso é transformador para a vida do usuário do SCFV em questão.		
<b>14.</b> Os resultados estão sendo positivos? Estão sendo alcançados?	Uma vez que a convivência no ambiente é saudável, respeitosa e de valorização das diversidades, pode-se dizer que sim, pois tudo isso é o que se oferece no CRAS, levando-se em conta o acesso às atividades lúdicas onde as crianças e adolescentes expressam suas experiências e se desenvolvem integralmente; acesso aos seus direitos socioassistenciais e humanos onde se sentem acolhidos e integrados; acesso ao conhecimento e capacidade crítica da realidade; acesso aos serviços e programas e proteção social familiar e comunitária, enfim. Isso é o que está presente no universo do CRAS para seus usuários do SCFV, e, portanto, de grande valia.	é possível afirmar que sim tendo em vista os depoimentos das pessoas que frequentam os programas e ressaltam as mudanças que aconteceram em suas vidas depois de participar das reuniões do programa.	sim. Todo o acolhimento e o cuidado que temos contribuiu para que as respostas fossem positivas.